



# Anais da Assembléia

Nº 143

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 10 DE SETEMBRO DE 1997.

ANO XXII

## Mesa Diretora

ANIBAL KHURY  
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK  
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN  
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI  
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS  
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA  
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI  
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI  
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI  
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo ..... Deputado VALDIR ROSSONI  
PDT ..... Deputado WALMOR TRENTINI  
PTB ..... Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI  
PMDB ..... Deputado ORLANDO PESSUTI  
PFL ..... Deputado ELIO RUSCH  
PSDB ..... Deputado CESAR SILVESTRI  
PT ..... Deputado PERICLES H. MELLO  
PPB ..... Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

## Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kleise - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spedaz; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borzato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Selame - Duílio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 08: Ademir Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
13ª LEGISLATURA  
ATA DA 87ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 1997  
(QUARTA-FEIRA)**

Presidência do Sr. Deputado Neivo Beraldin, secretariada pelos Srs. Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vannoni, Ademair Traiano, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -  
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Proceda a leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Proceda a leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 2085-D**  
Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a

presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 10.09.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 2085-A**  
Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Sr. Yukimitsu Uemura, alusivos ao recebimento do Prêmio "Kiyoshi Yamamoto", no último dia 16 de agosto do corrente.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Jamil Assad Jamus, nº 153, CEP 86827-000, Mauá da Serra - Paraná.

Sala das Sessões, em 10.09.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

**JUSTIFICATIVA:**

O produtor rural Yukimitsu Uemura, foi contemplado pela Associação Brasileira de Experiências Tecnológicas na Agricultura - ABETA, com o prêmio "Kiyoshi Yamamoto", por ter sido um dos pioneiros na implantação do sistema de plantio direto no Brasil.

O prêmio existe há 32 anos, e a cada 2 anos é conferido a pessoas que têm se destacado no setor agropecuário nacional.

**REQUERIMENTO Nº 2085-C**  
Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Rebouças, pela passagem de seus 67 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Luiz Everaldo Zack, Prefeito Municipal; ao vice-Prefeito, Sr. Afonso Aparecido Cardoso, bem como a todos os Srs. Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Rebouças.

Sala das Sessões, em 10.09.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

No próximo dia 21 de setembro, o Município de Rebouças estará completando seus 67 anos de emancipação política. Data essa, que, com certeza, será comemorada festivamente, por toda a população.

Rebouças, com seus administradores de todos os tempos, sempre preocupados com o bem estar de seu povo e o desenvolvimento cada vez mais acentuado do município, têm procurado vencer todos os obstáculos, para tornar aquela região ainda mais produtiva.

Toda a população, portanto, é credora de nossa homenagem e reconhecimento, nessa significativa data, pelo trabalho diuturno em prol do crescente progresso do município.

#### REQUERIMENTO Nº 2085-E

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subcreve, no uso de suas funções e atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, REQUER, votos de congratulações à AVEMPAR - Associação de Vereadores do Médio Paranapanema, pela realização do Encontro de Trabalho para o Desenvolvimento do Algodão, ocorrido no último dia 27 de agosto, no Município de Centenário do Sul, neste Estado, com o objetivo de integrar os representantes dos diversos segmentos da cotonicultura regional, com o intuito de firmar o posicionamento e compromissos de apoio à cultura do algodão.

Requer ainda, que seja dada ciência, através de correspondência a ser enviada à AVEMPAR - Associação de Vereadores do Médio Paranapanema, à Praça Dr. Júlio Junqueira, 88 - 9º andar, CEP 86701-160 - Arapongas, neste Estado.

Sala das Sessões, em 10.09.97.

(a) IRONDI PUGLIESI

#### REQUERIMENTO Nº 2085-F

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subcreve, no uso de suas funções e atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, REQUER, votos de congratulações pela ocasião dos 33 anos de fundação da "Revista da Cidade", no Município de Arapongas/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência, através de correspondência a ser enviada à RC - Revista da Cidade Ltda., aos cuidados do Sr. João Dionízio Rodrigues Neto, à Rua Beija Flor, 511, loja 02, Edifício Empresarial Athenas, CEP 86701-200.

Sala das Sessões, em 10.09.97.

(a) IRONDI PUGLIESI

#### REQUERIMENTO Nº 2085-G

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições re-

gimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos, ao Presidente da APAE da Cidade de Cianorte, Sr. Sérgio João Bonametti, extensivos aos demais membros da diretoria e funcionários.

Sala das Sessões, em 10.09.97.

(a) CÉSAR SELEME

#### JUSTIFICATIVA:

O Sr. Sérgio João Bonametti, Presidente, juntamente com os demais membros da Diretoria e funcionários da APAE de Cianorte, propiciaram uma excelente acolhida aos delegados e demais participantes do encontro estadual das APAEs, ocorrido nos dias 05 e 06 do corrente mês de setembro, naquela cidade, onde foram tratados assuntos referentes ao Plano de Ação, que será desenvolvido pela atual diretoria da Federação Estadual das APAEs.

#### REQUERIMENTO Nº 2085-B

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, Dr. Cândido Manoel Martins de Oliveira, solicitando que determine a regulamentação e fiscalização relativa aos veículos destinados ao transporte público de passageiros, assegurando o cumprimento das normas do Código Nacional de Trânsito (Lei nº 5108) e contidas no seu regulamento (Decreto nº 62.127).

Sala das Sessões, em 10.09.97.

(a) JOEL COIMBRA

#### JUSTIFICATIVA:

Esta proposição se justifica em razão de recentes pressões contra as autoridades públicas, objetivando introduzir no sistema de transporte público de passageiros, veículos inadequados e não permitidos legalmente, como os moto-táxi - serviço de táxi através de motocicletas.

Tanto o Conselho Estadual de Trânsito como o Conselho Nacional de Trânsito, já afirmaram serem os moto-táxi vedados pelo Código Nacional de Trânsito, que faz referência expressa ao "automóvel" como veículo apropriado para "taxis".

Recentemente, em manifestação de voto, feita nos processos nº 630/96 e 441/96, submetidos à apreciação do Conselho Nacional de Trânsito, o eminente Conselheiro Klinger Sobreira de Almeida, ressaltou: "buscando o rol de dispositivos do CNT, principalmente os artigos 42 e 43 e seus parágrafos do RCNT, art. 37, inciso III e art. 86 -

um canal interpretativo lógico, cristalino e incontratável se nos depara: "o transporte público individual de passageiro é um serviço de automóvel de aluguel, denominado táxi. Esta foi a intenção do legislador. Este entendimento é coerente com o espírito da lei. Assim, estamos diante de uma verdade irrefutável, o serviço de moto-táxi, implantado em alguns municípios, se erigiu ao arrepio da lei".

Apesar disso, setores oportunistas insistem em implantar esse serviço. Indiferentes às estatísticas que apontam a motocicleta como campeã dos acidentes de trânsito, não se preocupam sequer em oferecer alternativas capazes de minorar a insegurança e dar alguma qualidade a esse serviço precário, desconfortável para o usuário e arriscado para todos. Ao invés disso, valem-se dos elevados índices de desemprego para manipular a opinião pública e chantagear políticos e autoridades, anunciando falsamente que empregarão milhares de pessoas, quando é sabido que, mesmo se tivessem sucesso, não empregariam mais que poucas dezenas, assim mesmo, à custa de outras tantas que seriam desempregadas dos setores já organizados.

Cabe notar que com esse argumento aliciam pessoas, formam grupos de insatisfeitos e promovem conturbação social. Recentemente tivemos confrontos entre "moto-táxis" e policiais, em Londrina, tivemos novos incidentes, desta feita envolvendo taxistas revoltados com a tolerância das autoridades. Existem ameaças desses serviços disseminarem pelo Estado, e com eles a conturbação social.

É o que justifica o presente requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 2085-H

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Heinz Georg Herwig, Secretário de Estado dos Transportes, reiterando a solicitação quanto ao reinício das obras de pavimentação asfáltica da estrada que liga os Municípios de Inácio Martins à Irati. Ocorre que trata-se de estrada totalmente impraticável, em dias chuvosos, e que traz sérias consequências aos moradores que precisam se utilizar da referida estrada.

Chamamos a atenção para o seguinte fato, o Município de Inácio Martins não tem ligação asfáltica com nenhuma região do Estado, o que causa trans-

tornos e enormes dificuldades à toda população.

Sala das Sessões, em 10.09.97.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO Nº 2085-I

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Joni Varisco, Digníssimo Secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, solicitando a construção de um Galpão Industrial, no Município de Iporã.

A presente proposta tem como objetivo, trazer novas indústrias no município, visando o desenvolvimento e combate ao grande índice de desemprego.

Do aprovado requer ainda, seja comunicada a Sra. Maria Aparecida Zago Udenal Digníssima Prefeita Municipal (Rua Pedro Álvares Cabral, 2677); ao Vereador Dorival Passarella, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Rua Pedro Álvares Cabral, s/n) CEP 87560-000.

Sala das Sessões, em 10.09.97.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 2085-J

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Joni Varisco, Digníssimo Secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, solicitando a construção de um Galpão Industrial, no Município de Pérola.

A presente proposta tem como objetivo, trazer novas indústrias no município, visando o desenvolvimento e combate ao grande índice de desemprego.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Valdecir Candido da Silva, Prefeito Municipal (Rua Rosário, 202; ao Vereador Wilson José de Stefano, Presidente da Câmara Municipal (Av. D. P. Byington, s/n) CEP 87540-000.

Sala das Sessões, em 10.09.97.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 2085-K

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Joni Varisco, Digníssimo Secretário de Estado do Emprego e Re-

lações do Trabalho, solicitando a construção de um Galpão Industrial, no Município de Cafezal do Sul.

A presente proposta tem como objetivo, trazer novas indústrias no município, visando o desenvolvimento e combate ao grande índice de desemprego.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Shizuo Takada, Digníssimo Prefeito Municipal (Rua Italo Orcelli, 796); ao Vereador Augusto Cogo, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Rua Italo Orcelli, 658), CEP 87567-000.

Sala das Sessões, em 10.09.97.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 2085-L

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Joni Varisco, Digníssimo Secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, solicitando a construção de um Galpão Industrial, no Município de Tapira.

A presente proposta tem como objetivo, trazer novas indústrias no município, visando o desenvolvimento e combate ao grande índice de desemprego.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Vagner Batista de Souza, Prefeito Municipal (Rua Paranaçuá, s/n); ao Vereador Gentil Bertozzo Correa, Presidente da Câmara Municipal (Rua Paranaçuá, 518), CEP 87830-000.

Sala das Sessões, em 10.09.97.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 2085-M

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Joni Varisco, Digníssimo Secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, solicitando a construção de um Galpão Industrial, no Município de Esperança Nova.

A presente proposta tem como objetivo, trazer novas indústrias no município, visando o desenvolvimento e combate ao grande índice de desemprego.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Tarciso Sales Medeiros Maia, Prefeito Municipal (Av. Duque de Caxias, 400); ao Vereador Valdir Hidalgo Martinez, Presidente da Câmara Municipal (Av. Duque de Caxias, 400), CEP 87545-000.

Sala das Sessões, em 10.09.97.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 2085-N

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, o uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, de matéria publicada no Jornal O Estado do Paraná, com data do dia 10 de setembro do corrente, na coluna Opinião Pessoal, com o tema "A Privatização do Banco do Estado do Paraná", assinada pelo Dr. Pedro Geraldo, anexo ao presente.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.09.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2085-O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a transcrição nos Anais desta Casa de Leis de matéria publicada no Jornal O Estado do Paraná, com data do dia 10 de setembro do corrente, nota oficial conjunta pela OCEPAR e FAEP, sobre o tema "E agora, Governador", anexo ao presente.

Neste termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.09.97.

(a) RENATO ADUR

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI Nº 438/97

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

##### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação das Pessoas Deficientes de Paranavaí, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.09.97.

(a) WALMOR TRENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação das Pessoas Deficientes de Paranavaí, é uma associação civil, fundada em 05 de maio de 1989, com número ilimitado de associados, por tempo indeterminado, sem fins lucrativos, com sede e foro no Município de Paranavaí.

São objetivos da associação: discutir, colaborar e decidir sobre as ações para a assistência aos deficientes físicos, no seu aprimoramento social, cultural e profissional.

Esta associação presta assistência aos seus sócios, assegurando-lhes condições de melhor exercerem suas atividades dentro da comunidade, representando os interesses de seus associados junto às instituições empresariais, culturais e políticas e conseguir as necessidades adequadas às suas condições de vida, assim como uma tomada de consciência social e comunitária quanto as reais necessidades das pessoas portadoras de deficiência física de Paranavaí.

A associação promove ainda o entrosamento sistemático entre seus sócios e a comunidade, através do desenvolvimento de atividades sócio-cultural-desportivas, mobilizando recursos humanos, materiais e financeiros da comunidade para assistência de seus associados, visando a melhoria de sua qualidade de vida.

Esta associação civil necessita receber os benefícios da legislação estadual referente à declaração de Utilidade Pública, tendo em vista os motivos retro, contamos com o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis, para a aprovação da proposição que ora apresentamos.

#### PROJETO DE LEI Nº 439/97

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a doar ao Município de Ribeirão do Pinhal, uma área de terras localizada às margens do Rio Laranjinha, no perímetro rural, de propriedade da extinta SUREHMA, medindo 65.840 m2, registrada sob o nº 12.333, folha 56, do Livro 3-Q, do Cartório de Registro Geral de Imóveis daquela Comarca.

§ 1º - A área de terras de que trata este artigo, será destinada para a construção e implantação de uma área de lazer para atender a população.

§ 2º - A Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal deverá iniciar as benfeitorias para adequar a área de lazer dentro de um prazo máximo de 02 (dois) anos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.09.97.

(a) RENY BORSATTO

JUSTIFICATIVA:

A área de terras que se pretende doar ao Município de Ribeirão do Pinhal, para ser adequada a uma área de lazer para atendimento da população, está registrada no Livro nº 3-Q de Transcrição das Transmissões, folha 56, sob o nº 12.333, de 03 de agosto de 1950.

Nominação: Fazenda São Francisco.

Características e Confrontações:

Uma faixa de terras, sem benfeitorias, sita na gleba nº 25 da Fazenda "São Francisco", no Município de Ribeirão do Pinhal, com 65.840 m2 (sessenta e cinco mil, oitocentos e quarenta metros quadrados), área essa localizada em um meandro a margem direita do Rio Laranjinha, e aparenta a forma de um quadrilátero irregular, cujos opostos servirão de linha divisória com o restante do terreno dos outorgantes vendedores, sendo que os outros dois lados são formados pela margem direita do Rio Laranjinha e serve de regerência para a demarcação da faixa, adquirida, a foz de um ribeirão tributário a margem esquerda e a aproximadamente 130 metros a jusante da balsa da rodovia Ribeirão do Pinhal - Tulhas, 51º SE linha reta de 412 metros de comprimento atingirá na margem direita do Rio Laranjinha, o vértice agudo do quadrilátero aparente desse ponto com azimute 38º NE, segue outra linha reta com 450 metros, que atingirá a barranca do rio na mesma margem. A contar desse ponto e na direção do correr das águas pela margem do rio, comprimento de 148 metros a jusante tem-se a linha formadora do segundo lado do quadrilátero. Do final desse caminhamento e com direção 12º NE, tem-se nova linha reta de 245 metros de comprimento que atingirá a margem direita em ponto superior (montante). Daí descenderá acompanhando a margem do rio e no comprimento de 377 metros, onde encontrará o ponto de partida, fechando o perímetro, num total de 65.840 metros quadrados, havido pela transcrição sob o nº 7.940, a folhas 226 do Livro 3-J do Registro de Imóveis da Comarca de Ribeirão do Pinhal, Estado do Paraná.

Como se pode observar pela descrição acima, a área que se pretende doar a Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal, por margear a barranca do Rio Laranjinha quase em sua totalidade, só servirá mesmo para a implantação de uma área de lazer, que atenderá a população, principalmente nos finais de semana e feriados, que terá uma opção a mais de lazer, e que servirá também como ponto de educação ambiental para as crianças e estudantes de um modo geral.

PROJETO DE LEI Nº 440/97  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a reverter ao Município de Xambrê, a posse do lote de terreno urbano sob o nº 12 (doze), da quadra sob nº 24 (vinte e quatro), com área de 448,00 m², da planta geral desta cidade e município, com as respectivas benfeitorias.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.09.97.

(a) NELSON GARCIA

## JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação, se prende ao fato de que o lote de terreno supracitado foi objeto de doação ao Estado do Paraná em gestões anteriores, extra-Exatoria de Rendas Estadual. Quando da construção da nova agência, o município fez doação ao Estado de outro terreno, melhor localizado, cuja edificação atualmente, é utilizada pela agência do BANESTADO, nesta cidade.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares ao presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 441/97  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro na Cidade de Cruzeiro do Oeste.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.09.97.

(a) NELSON GARCIA

## JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede à rua Edwino Koterba, 374, em Cruzeiro do Oeste, constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, filantrópica, sem fins lucrativos, que terá duração por tempo indeterminado, sem distinção de sexo, raça, cor, nacionalidade, política ou outra natureza.

A APMI, tem por finalidade a proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde, o bem estar e as necessidades da criança e da gestante especialmente, proporcionando a proteção antes, durante

e após o parto; assistência médica à criança e à gestante; assistência alimentar, proteção e educação das crianças órfãs e abandonadas que vivem em vias públicas; proteção, tratamento e educação de crianças com defeitos físicos, mentais e sociais; proteção, recreação e educação de crianças que as mães trabalham fora do lar; divulgação dos preceitos de higiene, puericultura, recreação orientada e educação física dirigida; outras iniciativas ou empreendimentos médico-sociais em favor da maternidade e da infância.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei 6994/78, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Governo Federal acaba de criar, por decreto, uma Secretaria Nacional de Segurança Pública, que terá como atribuição, no âmbito do Ministério da Justiça, a coordenação das ações policiais em todo o território nacional. Esta Secretaria vem num momento em que a sociedade brasileira começa se debruçar sobre as questões ligadas à segurança pública.

Diante dos acontecimentos havidos em vários Estados brasileiros envolvendo rebeliões, motins, greves, mobilizações por parte das Polícias Civil e Militar, em vários Estados, o Governo Federal finalmente chegou à conclusão de que, do jeito que as coisas andam, no âmbito da segurança pública no Brasil, não é mais possível continuar. As mais diferentes propostas, idéias, sugestões, acabaram, de alguma maneira, chegando ao Ministério da Justiça e ao Congresso Nacional.

Eu mesmo, particularmente, em determinados momentos, encaminhei sugestões ao Poder Executivo Federal neste sentido. Agora, o Governo elabora um pacote de medidas, de sugestões, de mudanças, de melhorias, de aprimoramentos na área de segurança pública, e culmina com a criação desta Secretaria, no final da semana passada.

Penso que esta Secretaria deverá ter um papel da maior relevância. Pri-



meiro, porque, se vivemos numa Federação, onde os Estados são, em tese, independentes em relação ao governo federal, mas de alguma maneira, dentro do espírito federativo, atrelados às políticas nacionais brasileiras, e uma delas é a de segurança pública.

Penso que este órgão tinha que ser realmente criado. Num determinado momento, entendia que, a solução para os problemas de segurança pública, da inoperância policial, da corrupção policial, da violência policial, passava, necessariamente, pela firme e decidida vontade política dos governadores, porque as polícias são subordinadas a eles. E como temos uma história que não é tão recente, que nos mostra que os nossos governantes nunca tiveram o menor gosto pela questão da segurança, o resultado aí está. Que num regime presidencialista como o nosso, o Presidente quase que pode tudo, na mesma maneira os governadores. Se essas autoridades não tiverem gosto para determinadas políticas, o que vamos ver acontecer é exatamente o que estamos assistindo, ou seja, um programa de segurança pública, praticamente sem controle, sem comando, sem coordenação nenhuma.

Quando o Governador gosta de determinada área, o resultado aí está. Veja o trabalho que o Governador Jaime Lerner está fazendo nessa questão dos Jogos Mundiais da Natureza. Em pouquíssimo tempo, ele está fazendo uma verdadeira revolução, está atraindo a atenção do mundo para o Paraná, numa obra que ele está construindo em prazo recorde, que muita gente não acreditava que ele conseguiria a tempo. Mas é porque ele gosta disso, a sua história está ligada a isso. E Curitiba, hoje, tem o conceito que tem, de cidade ecológica, apesar de em muitos aspectos não concordo com isso. Exatamente porque, quando ele foi Prefeito, jogou pesado por uma questão de gosto, na área de desenvolvimento urbano, da ecologia e do meio ambiente.

Então, na área de segurança pública, o que está acontecendo, é que não só o atual Governador, mas os governadores na sua maioria, eles não têm gosto pela área da segurança pública, e não tendo gosto, eles não discutem. Não discutindo, não conhecem, não aprofundam, e não aprofundando. Deputado Alborghetti, ficam as duas polícias antagônicas, disputando quem é competente para esclarecer este ou aquele crime. E o cidadão que contribui e paga o imposto, ultrajado com a inoperância, com a omissão, e com a

violência policial, graçando no território brasileiro.

Portanto, acho que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, pessoas com quem convivi 8 anos no Congresso Nacional, na mesma bancada, portanto conheço razoavelmente bem, ele está me surpreendendo, na medida em que ele é um homem, que não tem nenhuma vocação para discutir e aprofundar nas questões da segurança pública, e sei que não tem. Porque quando ele foi escolhido relator do Regimento Provisório da Assembléia Nacional Constituinte, uma pequena Comissão havia sido formada, e eu fazia parte dela, para elaborar o primeiro Regimento da Assembléia Nacional Constituinte. E o Senador Fernando Henrique trouxe, numa determinada reunião, o esboço desse regimento e elenco as Comissões, que segundo ele, deveriam funcionar na Assembléia Constituinte. E depois pedi um aparte, na reunião, e pedi a ele, na época: Senador, o senhor que é de São Paulo, que foi candidato a Prefeito, e sei que será candidato a Governador daquele Estado, São Paulo é o maior Estado brasileiro, a cidade é a maior cidade do país, o senhor está esquecendo de um instrumento da maior relevância, num momento como este, que estamos começando a compor e a elaborar o regimento que vai reger os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, quando eleita as diferentes Comissões Temáticas, o senhor esquece de uma das mais importantes, que é a Comissão de Segurança Pública.

Ele, de ponto, me disse: Tavares, você realmente tem razão. Foi muito bom você lembrar dessa Comissão, e temos que instituí-la. E deu-se o nome de Comissão de Defesa do Estado e da Sociedade e da sua segurança. E que por coisa do destino, na sequência, acabei vindo presidir esta Comissão.

Mas, se o Fernando Henrique não tem gosto pela área da segurança, por isso que contei esta rápida história, ele tem tido a sensibilidade de colocar, em determinados cargos, pessoas que têm esse gosto e está sensibilizando. O José Gregori, por exemplo, é meu velho conhecido, e vem pondo em prática neste país, um trabalho digno de elogios, no que diz respeito à política de cidadania e de direitos humanos. E tem o dedo dele, com certeza absoluta, tem a participação dele, a cabeça, as idéias, o pensamento na criação, na formulação, na elaboração desse pacote de alternativas para a segurança pública do país, culminando com a criação da secretaria nacional, recém-anunciada.



Então, acho que o que o governo federal está fazendo, é o que os governadores dos Estados deveriam fazer: assumir o comando efetivo da polícia, ou melhor, da polícia de segurança pública, nos seus respectivos Estados.

Acompanhando mais de perto as ações das polícias, o relacionamento das pastas ligadas à área com o Poder Judiciário, com o Ministério Público, procurando aquinhoar de orçamento as diferentes instituições policiais e dentre elas eu destacaria a polícia científica.

Não há como meus colegas Deputados falarem em segurança pública, em operância da polícia, em eficiência do aparelho policial, sem equipar, de maneira decidida, o Departamento de Polícia Científica do nosso Estado, não só dotá-lo com o maior número de profissionais, já que o atual número é insuficiente. Preparar melhor essas pessoas, remunerá-las bem e dotar esses institutos ligados a Polícia Científica, de condições, mas condições ideais de atuação na investigação dos crimes, na prevenção dos delitos e na apuração dos fatos.

Portanto, esta Secretaria Nacional de Segurança Pública, vem atender o clamor da sociedade, que depois do que viu em Alagoas, em Belo Horizonte, no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Ceará, e que por pouco não assiste aqui no nosso Estado, porque justiça seja feita, o Governo do Estado se antecipou, e a Assembleia aprovou, em caráter de urgência urgentíssima, medidas que esvaziaram, com certeza, movimentos reivindicatórios semelhantes a esses a que me referi.

O Governo Federal vem dar ao país um instrumento de ação política, de coordenação política na área da segurança pública, e só pode merecer de nossa parte os aplausos, dizer que apoiamos essa iniciativa e ao mesmo tempo gostaria de aproveitar a oportunidade para dizer que aqui, no âmbito do nosso Estado, que o Governo Estadual dedique uma atenção mais dirigida, mais privilegiada até eu diria, Deputado Ricardo Chab, à política estadual de segurança pública.

A partir do momento em que o Governador do Estado, pessoalmente passar a cobrar as ações de uma melhor polícia, de uma melhor ação policial para a sociedade paranaense, sem dúvida alguma, todos aqueles que compõem as duas polícias, passarão a ver o Governo com outros olhos, e a sociedade paranaense, e que será a grande bene-

ficiada, com posicionamento firme e decidido dessa natureza.

Então, Sr. Presidente, queria nesse momento expressar aqui a minha certeza de que, pela primeira vez, em mais de 20 anos de vida pública, vejo as autoridades maiores deste país, realmente, se preocuparem com uma das áreas mais sensíveis da sociedade brasileira, que é a área da segurança pública.

Há 20 anos, nesta tribuna, quando tratava desta questão, era apenas um Deputado que falava sozinho, quase que conversava comigo mesmo, não havia a menor sensibilidade de quem quer que seja, para aquilo que eu pregava naquela época. E em razão da indiferença, em razão, diria, da opção, em razão da falta de gosto pela área, os problemas foram se avolumando, chegando até os dias de hoje.

Acho que, por isso mesmo, é que depois de 20 anos, é que os problemas afloraram de tal maneira e que exigiu do governo federal um posicionamento, pelo menos, até aqui, claro, objetivo, com vista a enfrentá-lo. E que decidi vir à tribuna, nesta tarde, fazer este registro, na certeza, na expectativa de que, novos dias virão na área da segurança pública, sempre com uma única visão: a visão de fazer da nossa segurança pública, das nossas polícias, instrumentos de defesa, de proteção daqueles que pagam os impostos neste país, que é o povo brasileiro.

Era isso, Sr. Presidente, e nobres colegas, que me cumpria nesta tarde, e agradeço a atenção e a deferência especial que o Deputado Neivo Beraldin dispensa a este Parlamentar, nesta tarde, e a compreensão para que pudesse fazer uso deste espaço.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Queria registrar, apenas, com satisfação, a presença neste Plenário, do ex-Deputado Estadual e hoje Prefeito de Sarandi, o Júlio Bifon, que é uma figura extraordinária, um excelente Prefeito e uma pessoa que merece o registro, e que foi um extraordinário companheiro nosso aqui na Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Esta Presidência se associa com os votos de boas vindas ao nosso ex-colega e amigo, Júlio Bifon.

O SR. MARQUINHOS ALVES (Pela Ordem) - Além do Prefeito Júlio Bifon, encontra-se o Vereador Antônio Cunha,

Vereador em Sarandi, o Antônio Manoel, também Vereador e o Ualid Rabah, Diretor do Jornal O Correio Metropolitano, da mesma cidade.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - No mesmo sentido esta Presidência se associa com os votos de boas vindas.

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É com satisfação que comparecemos, mais uma vez, a esta tribuna, mesmo que no Pequeno Expediente, para registrar aquilo que toda imprensa do Paraná, hoje, traz em nota oficial conjunta das Organizações das Cooperativas do Paraná e a Federação da Agricultura do Estado do Paraná. Uma nota oficial intitulada "E agora, Governador!". Essa nota, sem sobra de dúvida, está embasada nos últimos acontecimentos, da última semana, dos últimos dias e dos últimos meses, no que diz respeito ao conflito existente, sem sombra de dúvida, entre os sem-terra e os proprietários de terras do Paraná.

Este conflito chegou a níveis de inquietação, aqui pudemos observar no último final de semana, certamente, porque tanto o Governo do Estado do Paraná quanto o governo federal, não deram a esses acontecimentos a importância e a atenção que se fazia necessária.

Não adianta virmos aqui, hoje, querendo criticar o Movimento Sem-Terra, criticarmos os trabalhadores sem-terra, os invasores ou ocupadores de terras, não adianta virmos aqui como viemos em outras ocasiões ou virmos no futuro, acusar os fazendeiros por usar armas, por contratarem seguranças em suas propriedades, por estarem se armando, se o governo federal e o governo estadual não cumprem as suas partes.

Se o governo federal tivesse cuidado da política agrícola deste país, se o governo federal tivesse dado à questão da reforma agrária a mesma atenção que deu ao PROER das instituições financeiras, por exemplo, tenho certeza de que não teríamos a situação no campo agravada aos níveis em que se encontram hoje.

É lógico que todos queremos que a paz e a ordem se restabeleçam no meio rural, e de imediato não queremos assistir acontecendo pelo Paraná afora atos e atitudes como aquelas que aconteceram em Jundiá do Sul, aonde pro-

prietários rurais e seus funcionários, por pouco não foram trucidados por pessoas que invadiram aquela propriedade.

Da mesma forma que não podemos assistir a esta situação de armamento das propriedades, não podemos assistir que estas pessoas, muitas vezes à beira das estradas, sejam massacradas, agora, isso só vai ser solucionado a partir do momento que o governo federal cuidar para que tenhamos uma política agrícola, que o governo federal dê, de fato e verdadeiramente, prioridade à reforma agrária, encarando a questão não apenas como uma questão de caráter econômico, de caráter de produção agrícola ou pecuária, mas acima de tudo como uma questão de caráter social, de emergência, a ser resolvida.

Não se pode querer resolver o problema da reforma agrária, colocando no orçamento recursos ao redor de 1 bilhão, e dando para o sistema financeiro mais de 25 ou 30 bilhões. Não se faz reforma agrária, se não se colocar dinheiro. E não se encontrará também a paz no campo, se o Governo do Estado do Paraná deixar de cumprir o seu papel de ser ele responsável pela ordem pública e pela segurança dos concidadãos paranaenses.

O Governo do Estado tem que agir com firmeza, tem que agir com inteligência, não pode se esconder, não pode fugir à responsabilidade, não pode deixar de fazer aquilo que é a sua atribuição, e que lamentavelmente não vem sendo feita pelo governo.

Faço este registro mais uma vez, na condição de Presidente do Bloco Agropecuário, mas acima de tudo como Parlamentar preocupado com esta questão dos sem-terra, com esta questão das invasões, inclusive de propriedades produtivas, coisas que não podem mais prosperar no Paraná.

Queria também, Sr. Presidente, fazer aqui uma rápida consideração sobre um assunto que tomou conta dos noticiários nos últimos dias. Diz respeito à taxaço do açúcar brasileiro pelo país vizinho, participante do MERCOSUL, a Argentina. É lamentável, é triste para nós os paranaenses sabermos que mais uma vez o MERCOSUL vem pisar no pescoço do agricultor e do agro-industrial paranaense e brasileiro.

Lembro-me, em 87, 88, 89, quando discutíamos na Assembléia as questões ligadas ao trigo, a questão do protocolo 22, que tinha-se firmado com a Argentina, dizíamos que aquele protocolo levaria a que se dizimasse, quase

que por completo, no Paraná e no Brasil, a plantação de trigo, porque os mecanismos, todos eles, eram mecanismos favorecedores à Argentina, e vinham em prejuízo ao setor produtivo rural do Paraná, do setor produtivo rural como um todo.

O MERCOSUL, todos sabemos, a sua inspiração inicial se deveu, sem sombra de dúvida, à necessidade que tinha a Argentina de levar do Brasil as máquinas e equipamentos, já que o setor industrial argentino estava sucateado, então interessou o MERCOSUL, num primeiro momento, a Buenos Aires e a São Paulo. Levou-se daqui para lá as máquinas agrícolas, sem tributo algum, para trabalhar e produzir produtos agrícolas que depois vieram para nós aqui no Brasil, sem tributo de lá para cá também, inviabilizando por completo a produção de trigo em nosso país, e hoje já não estamos mais assistindo a importação do trigo, já estamos assistindo a importação da farinha, do biscoito, da bolacha, de alguns tipos de pães e de outros produtos do setor de panificação.

O que está acontecendo é que também o nosso setor de transformação industrial a base do trigo está deixando de ofertar aqui a nós os empregos que ofertava, em cima desta política que ainda para nós brasileiros está sendo desastrosa para o setor produtivo rural, em termos de MERCOSUL.

E fica agora, mais uma vez evidenciado, quando o trigo de lá vem com todas as facilidades, o que estamos assistindo é que os brasileiros, os paranaenses não conseguem colocar no mercado argentino o açúcar produzido por nós, os paranaenses e brasileiros, porque para o trigo deles nenhuma taxaço existe para entrar no Brasil, e para o nosso açúcar entrar na Argentina, tem que pagar pesadas taxas.

Vamos ficar atentos, Srs. Deputados, vamos nos mobilizar, vamos prestar atenção ao que está acontecendo, vamos cobrar das autoridades federais, do Ministério da Agricultura, do Ministro da Fazenda, do Ministro das Relações Exteriores, do Presidente da República, a adoção de medidas fortes e enérgicas para que o mesmo tratamento que é dado ao trigo argentino pelos brasileiros, possa ser dado pelos argentinos, quando se tratar do nosso açúcar, que para lá é levado.

Era isto. Agradeço a Vossa Excelência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Esta Presidência tem a satisfação

de anunciar a presença do ex-Prefeito de Paranavaí, ex-Deputado Estadual, Benedito Pinto Dias, que muito nos honra com sua presença.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pala Orden) -

Sr. Presidente, apenas para manifestar aqui, com relação ao caso de Jundiá do Sul, que as informações que recebemos ontem à tarde, que de fato foi um ato isolado, não pertence àquele agrupamento de pessoas que torturaram os proprietários trabalhadores daquela propriedade, não pertence a Organização do Movimento Sem-Terra, não pertence ao MST, e sim é um grupo que é liderado por um cidadão chamado João Sem-Terra, e outro chamado Pedro Teixeira. Os nomes, muita gente do próprio Governo do Estado, conhecem estas pessoas e como disse o Baggio, que é Líder do MST, há conotações políticas, existem políticos envolvidos naquela ocupação e orientados no sentido da tortura para que aparecesse de fato na televisão. Agora, esperamos que o Governo do Estado trate de maneira diferente aqueles que lá invadiram, das outras ocupações de áreas improdutivas, por conta da lentidão do processo de reforma agrária e do trabalho do INCRA no Estado do Paraná, trate de acordo conforme foram feitos acordos com o próprio MST. O MST não rompeu, em nenhum momento, os acordos firmados com o Governo. Que o Governo não coloque tudo num saco só e jogue a criança com a água fora.

Então, estamos aqui manifestando a nossa preocupação, e se o Governo do Estado não tomar uma postura, com bastante habilidade, não generalizar o tratamento, será logo mostrado às claras o nome das pessoas que incitaram, financiaram, articularam aquela ocupação e aquela tortura, pessoas ligadas, inclusive, ao próprio Governo do Estado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Horário das Lideranças.

PL. PSDB. PFL. PT. PTB. PPB.

(Declinam)

PMDB. Com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Excepcionalmente, ocupo esta tribuna, que normalmente é destinada aos situacionistas, para respeitar o trabalho da nossa imprensa. Mas acho que é muito próprio, Sr. Presidente, porque o que estou assistindo, e o que os

Senhores também estão assistindo e ouvindo do que está ocorrendo no Congresso Nacional, em relação à nova lei eleitoral na fixação de regras para as eleições de 98, é como diz aquele comentarista de televisão, Deputado Valdir Rossoni, "é uma vergonha".

Não é possível que depois de ter sido estabelecido o princípio da reeleição, com o compromisso de haver a desincompatibilização dos governantes surpreendentemente o Procurador Geral da República deu um parecer não considerando a atual lei complementar que rege os prazos de desincompatibilização. E, somado a isso, o que estamos assistindo na verdade, é uma verdadeira e absoluta tentativa de prorrogação de mandatos.

Ainda hoje, ou ontem, melhor dizendo, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, o Senador Lucio Alcântara, do PSDB, fez um relatório aonde ele, na verdade, modifica pontos que haviam sido duramente negociados através de uma articulação dos partidos de oposição, mais do PMDB e do PPB na Câmara dos Deputados, na tentativa, Deputado Traiano, de minimamente se conseguir garantir que se possa, na verdade, nacionalmente disputar uma eleição.

Mas o que ocorre? Ontem, o Senador Lucio Alcântara, atendendo ao clamor do Palácio do Planalto, alterou o dispositivo que proibia a participação de autoridades em inaugurações no período eleitoral, modificou o dispositivo que garantia a elevação do fundo partidário, garantindo, na verdade, condições mínimas como a disputa, especialmente a disputa nacional de Presidência da República. E ainda, criou uma série de outros pequenos mecanismos, que na prática, na verdade, é uma tentativa de prorrogar o mandato do Fernando Henrique, primeiro.

E nós, que temos até uma simpatia pelo Presidente, pela sua postura, pela sua história pessoal, nos surpreendemos, porque parte justamente do Palácio do Planalto a tentativa de se evitar a disputa limpa.

O Brasil está se comparando nessa questão da legislação eleitoral, ao México. Nem o PRI, Deputado Péricles Mello, tem tanta falta de vergonha quanto têm os políticos brasileiros.

Não é possível que nós que fazemos política, Deputado Vanhoni, de forma séria, possamos ir à população e dizer: "olha, o Deputado Alborghetti é diferente, eu trabalho aqui na televisão, o meu salário, uso todo ele para assistência social" - como Vossa Excelência faz - "eu luto a favor do

povo" - e dizer - "olha, na verdade é o seguinte: sou um político bonzinho e os outros não prestam".

Na prática, os nossos companheiros de política, diariamente fazem um esforço enorme para descredenciar todos aqueles, que no Brasil fazem política. Porque não é possível, é o estabelecimento diário de situações que se ridicularizam à função pública, sejam dos que exercem mandatos, ou dos que estão no Executivo, e depois, andamos por aí, e o povo, é claro, está absolutamente descrente e desligado do que acontece na política.

Por isso, quero crer que esta Casa, em tempo próprio, quero apresentar ainda durante esta semana, devemos encaminhar todas as lideranças um apelo para que a Câmara dos Deputados e o próprio Senado da República, ainda antes do período da votação, estabeleça regras básicas.

Um dispositivo, Excelências, que não consigo entender, e aí é uma situação que, de fato, foge à minha compreensão, é o que saca fora os votos brancos do estabelecimento do coeficiente eleitoral. Estou vendo aqui 2 Deputados, aqui o João Techy e o César Seleme, que por pouco, muito pouco, foram Deputados, justamente por causa dos votos em branco, que atrapalharam muito, e que o Paraná poderia ter eleito mais um Deputado, se não fossem os votos em branco.

Você garante a legítima representação de todos os setores da nossa sociedade no processo político, ou este país vai radicalizar.

As tensões e os conflitos do campo, que estamos vendo, fruto da intollerância, da concentração de renda, da ausência absoluta de uma política efetiva que possa distribuir terras a quem nela possa trabalhar, garantindo a viabilização de empregos e a construção de famílias.

Quero crer, que esta Casa não pode assistir impassível ao debate da lei eleitoral, que é seguramente restritiva. Um ponto só que foi colocado na lei de 94, que foi repetida, agora em 96: essa proibição de partidos de só poderem lançar em número de candidatos legal ou em números de lugar a preencher. Quantas lideranças do interior do Paraná, dos mais diversos setores da sociedade deixam de poder concorrer ao mandato de Deputado, porque não têm vagas nos partidos.

Agora mesmo se anuncia, neste chapão do governo, que está sendo formulado, do PFL e do PTB, os senhores vejam a gravidade dos fatos: esse chapão só pode lançar 81 candidatos. Não

interessa quantos partidos se coligaram. Sendo que 25% dessas vagas deverão ser destinadas às mulheres, ou seja, menos, são 61 ou 62 vagas para pessoas do mesmo sexo, até 75% do mesmo sexo. Vejam a gravidade.

Os senhores, por exemplo, que vão ter de 30, 32, talvez até 34 Parlamentares, vão para uma disputa eleitoral, onde tem somente 61, 62 vagas para pessoas do mesmo sexo. Quantos dos Srs. Parlamentares vão ficar fora desta Casa, fruto desta lei eleitoral, e obviamente das composições que estão sendo feitas.

Aproveito para o meu alerta aos companheiros que estão indo para o PFL e para o PTB, para verem bem as contas que estão sendo feitas, que envolvem esta questão eleitoral, como se todos os partidos pudessem se lançar a, por exemplo, até a 3 vezes os números de lugares a preencher, não haveria esse problema e democratizaria muito mais o processo político.

Não posso deixar passar em branco essa questão, que é da maior importância, e naturalmente apresentarei uma moção a esta Casa, dos pontos que considero fundamental na legislação eleitoral, garantindo a lisura do pleito e o estabelecimento de condições iguais de competitividade na eleição de 98.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Meivo Beraldin) -  
Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Reny Borsatto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 333/97, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Antonio Oliveira Santos. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 114, de 05.08.97).

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 337/97, de autoria do Deputado Hi-dekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública o Orfanato Evangélico Perfeito Louvor, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 114, de 05.08.97).

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 344/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação Reviver Down, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 116, de 06.08.97).

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 350/97, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná a Henrique Naigeboren. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 116, de 06.08.97).

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 358/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Estância Lar Irmã Antonieta Farani, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 118, de 10.08.97).

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 364/97, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Alvorada do Sul - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 119, de 12.08.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 364/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, visa declarar de Utilidade Pública a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Alvorada do Sul - PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, que dá normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 09.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 368/97, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Doutor Ulysses, com sede e foro na Cidade de Doutor Ulysses. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 119, de 12.08.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 368/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, visa declarar de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Doutor Ulysses, com sede e foro na Cidade de Doutor Ulysses.

Chamada esta Comissão a se manifestar, verificamos que a matéria encontra-se em desacordo com as normas de técnica legislativa.

Sendo assim, nosso parecer é favorável na forma da Emenda Substitutiva Geral.

Sala das Comissões, em 09.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 368/97

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Doutor Ulysses, com sede no Município de Doutor Ulysses e foro no Município de Cerro Azul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 388/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Amparo aos Adolescentes Corinto Marciliano Sobrinho, com sede e foro no Município de Porecatu. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 123, de 19.08.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 388/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Amparo aos Adolescentes Corinto Marciliano Sobrinho, com sede e foro no Município de Porecatu.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, que dá normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 09.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 409/97, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que declara de Utilidade Pública o SINDARPEN - Sindicato dos Agentes do Sistema Penitenciário do Paraná, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 133, de 27.08.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 409/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ricardo Chab, visa declarar de Utilidade Pública o SINDARPEN - Sindicato dos Agentes do Sistema Penitenciário do Paraná, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, somos de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 419/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública

ca o Centro Aberto Casa de José, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 138, de 03.09.97.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 419/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, visa declarar de Utilidade Pública o Centro Aberto Casa de José de Curitiba.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação, vez que está de acordo com a Lei 6994/78, que dá normas para declaração de Utilidade Pública.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Meivo Beraldin) -  
Sobre a mesa, Requerimento nº 2085-C, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2085-E e 2085-F, de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2085-B, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2085-G, de autoria do Sr. Deputado César Seleme, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2085-A, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2085-H, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2085-I a 2085-M, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2085-N, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Jornal O Estado do Paraná, no dia de hoje, traz, se não me falha a memória, na sua terceira página, o artigo subscrito e assinado pelo funcio-

nário aposentado do Banco do Estado do Paraná, Pedro Geraldo, funcionário de muitos anos aqui do banco, sendo inclusive um dos seus diretores durante o Governo de Roberto Requião, se não me falha a memória, durante os Governos de José Richa e de Álvaro Dias.

Este artigo, entendo que é bastante oportuno, para que todos nós paranaenses e com compromissos com a nossa instituição financeira oficial, o Banco do Estado do Paraná, possamos neste instante, fazer uma reflexão mais profunda.

Todos que aqui estamos neste Legislativo, seja na condição de Deputado, de assessor ou de funcionário deste Poder, temos consciência da importância que representa para todo o segmento produtivo do Paraná o nosso Banco do Estado. Todos já tivemos oportunidade de, nesta Casa, formular votos de congratulações, registrar a passagem de mais um ano de existência da nossa instituição oficial bancária. E não poderia, de forma alguma, neste momento, deixar de nos solidarizar com Pedro Geraldo, com o artigo que ele publicou, já que não é um artigo ofensivo ao Governo, não é um artigo que procura prejudicar a nossa instituição financeira, mas um artigo de quem conhece o Banco por inteiro, porque viveu uma parcela da sua vida lá dentro. Como também, viveu o Deputado Ângelo Vanhoni, na condição de funcionário do BANESTADO.

E, o Pedro Geraldo, a exemplo de tantos e tantos outros paranaenses, não só paranaenses, funcionários ou ex-funcionários do BANESTADO, mas todos nós paranaenses, estamos muitíssimo preocupados com todas essas notícias que são veiculadas, algumas até de manifestação própria do Presidente do Banco, Neco Garcia, e outras da lavra do Governo do Estado, através do Secretário do Planejamento, Miguel Salomão, que, ao endereçar correspondência ao Banco Central, sugere uma série de mecanismos visando a privatização do Banco do Estado do Paraná.

Nós, que conhecemos a trajetória do Banco do Estado do Paraná, que conhecemos aquilo que fez, talvez não faça hoje, mas que fez o Banco do Estado do Paraná em favor do fomento agropecuário deste Estado, em favor do financiamento às micro e pequenas empresas, em favor do financiamento das transformações estruturais do nosso Estado, não poderemos assistir calados toda essa manobra que se faz, visando privatizar o nosso Banco do Estado do Paraná. Colocando-o, talvez, numa mesma situação de comparação com o Banco



do Estado do Rio de Janeiro - o BANERJ, este sim, estava quebrado, estava falido, estava, talvez, mal gerido.

O BANESTADO, pelos relatórios que nos são dados a conhecer, pelas entrevistas que são formuladas, atravessa sim, uma dificuldade, mas nada que possa recomendar, neste momento, o encerramento das atividades do Banco do Estado do Paraná, enquanto instituição oficial aqui do nosso Estado.

Já assistimos manobras e tentativas de acabar com o BRDE, uma instituição financeira de fomento, que serviu, ao longo de mais de 30 anos, aos interesses do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e sinaliza agora para se inserir dentro do contexto do MERCOSUL, como o Banco do MERCOSUL.

E, o mesmo Governo que está se dispondo a privatizar o BANESTADO, é o mesmo Governo, e através do mesmo Secretário Miguel Salomão, que anuncia também o fim do BRDE.

Olha, podemos até não concordar com algumas atitudes do PSDB, do Fernando Henrique, ou do Mário Covas, mas que exemplo nos deu Mário Covas ao defender, com unhas e dentes, a permanência, enquanto instituição oficial e financeira do Estado de São Paulo. Lutou com unhas e dentes, brigou com o seu amigo mais próximo, Fernando Henrique, e não cedeu as pressões para privatizar o BANESPA. E no Paraná, o que acontece, o Governo do Estado, através do Dr. Miguel Salomão, endereça uma carta ao Banco Central, oferecendo condições para privatizar o nosso Banco.

Tenho recebido, Vanhoni - sei que Vossa Excelência também tem recebido, e tem se reunido com setores do BANESTADO, com setores da sociedade - recebi em meu gabinete diversas pessoas ligadas ao BANESTADO, hoje, como funcionários, como gerentes, recebi a visita de ex-funcionários do BANESTADO, todos preocupados com essa notícia e com essa articulação que se faz para privatizar, para acabar com o BANESTADO.

Não temos que acabar com o BANESTADO, não. Tem que fazer, sim, é uma limpeza de algumas pessoas, que se utilizando do cargo de confiança que lhe deu o Governador, foram para dentro do Banco do Estado para prejudicar o Banco. Isso sim temos que fazer, limpar aquelas pessoas, tirar lá de dentro aquelas pessoas que estão inviabilizando alguns setores do BANESTADO, como foi o caso do BANESTADO Leasing.

Mas, falar em privatizar o BANESTADO, falar em acabar com o BANESTADO, falar em extinguir isso ou aquilo do Banco, com isso não concordamos, porque o BANESTADO é fruto do trabalho de dezenas de governantes, é fruto de ações concretas da Assembleia Legislativa, é fruto de uma parceria permanente com o setor produtivo, seja rural, comercial, prestador de serviços do Estado do Paraná.

Por essa razão, Sr. Presidente, é que pedimos que fique registrado nos Anais da Assembleia, a preocupação de alguém que viveu parte da sua vida dentro do BANESTADO, e alguém que também deu parte da sua vida para que o BANESTADO se consolidasse como um dos melhores bancos oficiais deste país.

Por isso, que pedimos o registro do artigo do Pedro Geraldo, ex-funcionário do BANESTADO, e peço aos Srs. Deputados que defendem o BANESTADO, que defendem essa instituição, que se somem a nós na aprovação desse artigo, que é uma manifestação em defesa do Banco público estadual do Paraná, o BANESTADO.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Em votação o requerimento que acaba de ser lido. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, estou esperando o senhor colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Já coloquei em votação e dei como aprovado. Foi agora, neste instante.

O SR. VALDIR ROSSONI - Não, Vossa Excelência não colocou em votação. O senhor estava ouvindo o encaminhamento do Deputado Pessuti.

Estou aguardando a votação. Gostaria de pedir Verificação de Votação, Sr. Presidente.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Questão de Ordem, com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Gostaria de fazer um apelo ao Deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo, que por estar desatento aos encaminhamentos na Assembleia Legislativa, principalmente da condução por parte da Presidência da Mesa, retirasse até sua preposição, porque ficou muito bem claro, que Vossa Excelência colocou em votação o re-

querimento, tão logo o Deputado Orlando Pessuti solicitou que os Deputados apoiassem a inclusão nos Anais desta Casa, do artigo escrito na imprensa, do ex-diretor do Banco, e atual funcionário aposentado, o Sr. Pedro Geraldo.

Desculpe-me, Deputado Valdir Rossoni, mas é praxe nesta Casa, quando isso acontece, o Deputado Anibal Khury que cunhou uma expressão muito bem conhecida em todos nós: "a Inês é morta"! Já foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Meivo Beraldin) - Pela Ordem, com a palavra, o Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, o Deputado Valdir Rossoni, que certamente é um líder cioso das suas obrigações, queria, Deputado Valdir Rossoni, fazer um apelo a Vossa Excelência.

Veja só, há um item da pauta aqui da Sessão Extraordinária, inclusive, que vamos votar aqui um Decreto Legislativo, autorizando o Governador a viajar, quando ele já viajou.

Agora, se vamos começar aqui a discutir a transcrição nos Anais de artigos que são publicados em jornal, com uma expressão que tem o Estado do Paraná, e a Assembléia Legislativa vai recusar transcrever nos Anais um artigo publicado no Estado do Paraná, francamente, sinceramente, Deputado Valdir Rossoni, tenho certeza que Vossa Excelência tem uma visão política muito maior do que de breçar, única e exclusivamente, a transcrição. Não estamos pedindo a aprovação dos Anais, a transcrição nos Anais do artigo do ex-Diretor do Banco do Estado do Paraná, publicado pelo jornal O Estado do Paraná.

Então, queria, na realidade, fazer esse apelo ao Deputado Valdir Rossoni, pela posição sempre equilibrada e de bom senso que Vossa Excelência tem na Liderança do Governo.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Agradeço o posicionamento e as colocações do Deputado Romanelli, mas por não concordar e por saber que o posicionamento do Governo não é esse que está colocado nessa nota. Por isso que pedi Verificação de Votação, Sr. Presidente, porque peço para a bancada de sustentação ao Governo que votem contrário a este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Meivo Beraldin) - A Mesa vai proceder a verificação de votação.

Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Dez Deputados aprovam.

Os Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Vinte Deputados rejeitam.

**Está rejeitado o requerimento.**

Pela ordem, com a palavra, o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Solicito a Vossa Excelência que me inscreva em Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Meivo Beraldin) - Requerimento nº 2085-O, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

#### Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Meivo Beraldin) - Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Orlando Pessuti, inscrito.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Existe o dispositivo de Explicações Pessoais, para que justamente possamos, quando entendermos necessário, nos manifestarmos, mesmo que nesse espaço que o Regimento nos coloca.

Quero dizer a Vossa Excelência, Sr. Presidente, e aos demais Deputados, que não me sinto satisfeito com essa postura que adotou o Plenário da Assembléia, hoje, embora como democrata, sei que nas votações prevalece a vontade da maioria. Mas, como minoria, hoje, compareço em Explicações Pessoais, para registrar que não posso aceitar essa posição da Assembléia Legislativa, quando alguém no Paraná tenta defender a instituição oficial financeira deste Estado e a essa pessoa é negado, inclusive, o direito de que a sua posição, que também é democrática, possa ser registrada na Assembléia.

Então, quero levar ao conhecimento de todos, o que pensa e o que escreve Pedro Geraldo, advogado e funcionário aposentado do BANESTADO, onde trabalhou durante 31 anos, tendo exercido o cargo de diretor, no período de 1989 a 1994.

Diz o artigo, publicado no dia de hoje, quarta-feira, 10 de setembro, na terceira página de O Estado do Paraná: (Lê):

"A PRIVATIZAÇÃO DO  
BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A

Pedro Geraldo

O Banco do Estado do Paraná S/A, foi criado pela Lei Estadual nº 2532, de 27/03/1928, que trazia na sua exposição de motivos, como fundamento principal, a promoção do desenvolvimento social e econômico do Estado do Paraná.

Nesses 69 anos de existência, o BANESTADO deu suporte financeiro ao Estado, financiando obras de infraestrutura, tais como estradas, escolas, hospitais, hidrelétricas, eletrificação rural e urbana, saneamento básico, habitação e fundamentalmente a indústria, o comércio e a agricultura. Não se pode negar a influência do Banco dos paranaenses na construção da estrutura econômica e social do nosso Estado.

As Instituições Financeiras são hoje grandes prestadoras de serviços à sociedade, mas a sua principal atividade está na intermediação financeira, gerenciando portanto, a poupança gerada pela sociedade onde atua. Neste particular, é que mais se questiona a renúncia ao controle do centro decisório sobre o crédito.

Um Banco oficial, como é o caso do BANESTADO, por questão de fidelidade aos seus objetivos, direciona as operações de crédito para os setores de interesse estratégico do governo, aplicando os recursos no mesmo espaço físico onde a poupança é gerada. O contrário acontece num Banco privado, onde o lucro é o objetivo primeiro e seu planejamento estratégico decidido na sede da Instituição, que pode ser em qualquer cidade brasileira ou no exterior, se o Banco for estrangeiro.

Hoje, quase todos os municípios paranaenses estão sendo assistidos por uma agência do BANESTADO. São, na sua maioria, agências deficitárias que são mantidas atendendo aos interesses do Estado. Em razão disso, o Banco oficial já se justifica e se torna indispensável. Não fosse a presença do Banco do povo do Paraná, a maioria dos nossos municípios não teria uma agência bancária para seus munícipes guardar a poupança, recorrer ao crédito e utilizar seus serviços.

A proposta de privatizar o BANESTADO é altamente lesiva aos interesses do Estado do Paraná e ao seu povo. Trata-se da alienação de um patrimônio construído ao longo dos anos pelo esforço de seu quadro funcional e dedicação do povo paranaense. Sem o BANESTADO, o centro de decisão sobre o crédito muda de mãos e de lugar. Não

faz tempo, perdemos o BAMERINDUS, um Banco genuinamente paranaense, que passou para o controle de um grupo estrangeiro. A transação se fez com generoso financiamento, o famoso PROER. Deram aos alienígenas a parte boa, um grande Banco. Os acionistas minoritários, paranaenses que acreditaram no Banco e no Paraná, ficaram com a parte podre. Perderam os pequenos investidores, heróis anônimos do nosso desenvolvimento. Perdeu o Paraná, que agora tem mais uma Instituição financeira captando recursos em seu território para aplicá-los onde ditam os interesses dos novos donos.

Não podemos permitir que alienem o BANESTADO. Ele não pertence ao governo, mas ao povo do Paraná. O eleitor que elegeu o Sr. Jaime Lerner não lhe concedeu procuração para se desfazer do Banco que tem tantos serviços prestados ao Paraná. É preciso resistir para não perdermos o último Banco paranaense. Não podemos assistir passivamente a concessão de todas as espécies de favores a uma estatal francesa, a Renault, para se instalar no Paraná, enquanto se trata o nosso Banco - que gera 15.000 empregos diretos, que financia a indústria, o comércio, a agricultura, a habitação, o saneamento básico, o próprio Estado, e que vai aonde o povo está - como se fosse qualquer coisa descartável.

Resistir é preciso. O Paraná reclama a participação de todas as forças vivas do Estado: a imprensa, os sindicatos patronais e de empregados, as associações, os agricultores, os profissionais liberais, os funcionários públicos e todos aqueles que aqui vivem e trabalham, construindo a grandeza do nosso Estado.

PEDRO GERALDO - É Advogado e funcionário aposentado do BANESTADO, onde trabalhou durante 31 (trinta e um) anos, tendo exercido o cargo de Diretor no período de 1989 na 1994."

E aí, incluo entre aqueles que trabalham, e que engrandecem este Estado, os Srs. Parlamentares, para que nos unamos, para que sejamos firmes, para que venhamos a resistir a esta postura de privatizar o Banco do Estado do Paraná.

Não podemos assistir calados a privatização do BANESTADO. Temos que resistir, porque o Banco é de todos nós os paranaenses, o Banco é do povo do Paraná e cabe a nós, que representamos o povo, não permitir que se privatize o Banco do Estado do Paraná.

Feito o registro, Sr. Presidente, para que conste nos Anais da Assembléia.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Apenas para que estas notas taquigráficas registrem a postura correta do Deputado Orlando Pessuti, e ver como é que muitas vezes um homem que tem bom senso como o Deputado Valdir Rossoni, utiliza dois pesos e duas medidas.

Ao mesmo tempo que ele rejeitou um artigo feito por alguém que contribuiu muito pelo Banco, que foi o Dr. Pedro Geraldo, ele deixou ser inserido nos Anais da Assembléia a nota da FAEP e da OCEPAR, que é um desaforo ao Governador Jaime Lerner, e ele se calou para não enfrentar os poderosos. Deveria ter ele defendido a posição do Governador neste caso concreto.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente Sessão, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 004/97.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 306, 348 e 354/97.

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 010/97.

E marco ainda, uma Sessão Ordinária para quinta-feira, dia 11, às dez horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 364, 368, 388, 409 e 419/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 010, 075, 376, 400 e 418/97.

Levanta-se a sessão.

#### Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO RENATO ADUR, EM SESSÃO DO DIA 10 DE SETEMBRO DE 1997.

#### E AGORA GOVERNADOR?

Jornal O Estado do Paraná

De forma sistemática e em nome dos produtores rurais do Paraná, a FAEP e a OCEPAR têm alertado as autoridades governamentais sobre a escalada de violência patrocinada pelos denominados sem-terra.

Recentemente, e de público, em conjunto com as demais federações que congregam o empresariado urbano, denunciamos o elevado número de propriedades rurais invadidas no Paraná, a impunidade que acoberta estas invasões e o risco iminente para confrontos entre produtores e invasores.

Ali pedíamos a ação firme do Governo do Estado no cumprimento do seu dever constitucional: impor o respeito à lei e o fim do deboche ao estado de direito patrocinado pelo MST.

Dessa forma, estarecidos pela violência e pelos atos de banditismo e vandalismo, mas não surpresos com os fatos, acompanhamos, como de resto, toda a sociedade brasileira, o recente desenrolar de violência explícita de invasores contra produtores rurais.

Foram agressões abjetas, onde de público alguns agressores se identificaram e, inexplicavelmente, nenhuma medida punitiva, exemplar, foi tomada pelas nossas autoridades, a não ser a clássica "abertura de rigoroso inquérito".

Os fatos recentes têm demonstrado que a ordem não tem sido respeitada, a Lei pisoteada, a sociedade à beira de uma convulsão.

Permita-nos, Sr. Governador, manifestar nossa repulsa às cenas ocorridas em Jundiá do Sul, no último final de semana, bem como o homicídio ocorrido em Tamarana. São cenas próprias de uma guerrilha, em que não só o direito à propriedade é violado, mas sim a própria integridade física das pessoas foi violentada.

A intranquilidade no meio rural é uma realidade. O produtor rural começa a se perguntar se vale a pena produzir frente a ameaça ao seu patrimônio e ausência de autoridade que lhe garanta gerar frutos para a sociedade.

Constata ser o MST um movimento revolucionário que busca a conquista do poder não pelo caminho democrático da manifestação popular, mas sim pela força da intimidação de grupos treinados para o embate sob a forma de guerrilha.

Os produtores rurais não mais suportam tergiversações por parte das autoridades a quem cabe impor o estado de direito e se preparam, face aos últimos acontecimentos, para o embate que entendem iminente; as consequências, cujas causas são as invasões, são

imprevisíveis, quer pelo lado das relações sociais no campo, quer pelo lado do processo produtivo.

Ainda há tempo de o Executivo Estadual tomar atitudes firmes e pôr um basta à violência no meio rural. E tal decisão passa, tão somente, pelo restabelecimento da lei.

Ainda há tempo de o Executivo Estadual impedir o conflito, punindo marginais travestidos de sem-terra e promovendo, indistintamente, a desocu-

pação das áreas hoje invadidas.

Ao processo de invasões, entendem os produtores rurais, tem que ser dado um basta, seja pela força de lei, seja pela aceitação do embate.

ÁGIDE MENEGUETTE

Presidente da FAEP

JOÃO PAULO KOSLOVSKI

Presidente da OCEPAR

Curitiba, 09 de setembro de 1997.